

ARTIGO

A EXPERIÊNCIA DA HISTÓRIA: O PRESENTE E O FUTURO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NOS ANOS 1970

DIEGO JOSÉ FERNANDES FREIRE

Doutor em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do quadro permanente da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte (SEEC-RN) e da Universidade Potiguar (UNP).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7651-5164>

RESUMO: O corrente artigo investiga a experiência que historiadores e historiadoras universitário(a)s tiveram de sua própria disciplina – a história – na conjuntura problemática da década de 1970. Trata-se de discutir a vivência de um presente disciplinar experimentado sob o signo da crise social e cultural, conforme a percepção daquele grupo de intelectuais. O foco maior direciona-se para a maneira como profissionais de Clio viram, pensaram e sentiram o momento vigente de sua área de saber durante parte importante da Ditadura Militar, perfazendo, assim, uma dada experiência do tempo presente.

PALAVRAS-CHAVE: Experiência do tempo; Presente disciplinar; Historiografia Brasileira.

HISTORY'S EXPERIENCE: PRESENT AND FUTURE OF BRAZILIAN HISTORIOGRAPHY IN THE 1970S

ABSTRACT: The present paper searches the university historian men and historian women's experience with their own discipline – history – in the problematic context of the 1970s. It is a case of discussing the livingness of a disciplinary present experienced in the scope of social and cultural crisis, according to the perception of that group of intellectual men and women. The main focus is directed to the way many Clio's professionals saw, thought and felt the current moment of their branch of knowledge during an important period of the military dictatorship, concluding thus such experience of the present time.

KEYWORDS: Time's experience; Disciplinary present; Brazilian Historiography.

Recebido em: 11/05/2021

Aprovado em: 28/07/2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2021v72p359-383>

Tempo, tempo, tempo, tempo¹

O tempo é a forma da experiência.

Hans Ulrich Gumbrecht (GUMBRECHT, 2010, p. 161)

No início dos anos 1990, ao prefaciар um livro, a historiadora brasileira Margareth Rago abriu o seu texto com as seguintes palavras: “se o tempo é matéria privilegiada dos historiadores, não deixa de ser paradoxal constatar a escassez de estudos históricos produzidos no Brasil, que dêem especial atenção às diferentes percepções do tempo na historiografia”. Segundo a autora, as temporalidades “linear, circular ou sobreposta; tempo cronológico, tempo vivido, tempo da memória” (RAGO, 1994, p. 17) careciam de maiores problematizações por parte dos historiadores e das historiadoras do país. A situação ensaiava uma pequena mudança com o livro que ora prefaciava, o *Nouvelle histoire e o tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*, da autoria de José Carlos Reis, publicado em 1994.

Resenhando esta mesma publicação, outro historiador nacional, Marcos Antônio Lopes, apontou uma constatação semelhante. Para o jovem doutorando da Universidade de São Paulo, o esforço de Reis de destacar a concepção de tempo dos *annalistes* tratar-se-ia de “temática complexa, difícil de ser enfrentada, razão pela qual textos dessa natureza surgem muito raramente entre nós, historiadores mais empíricos que teóricos” (LOPES, 1996, p. 191). Objeto por excelência abstrato, o tempo escaparia das mãos daqueles que, acostumados aos arquivos e às fontes, estudavam temáticas como o Estado, a revolução, a guerra etc, isto é, eventos muito visíveis e contundentes, sempre localizáveis no espaço. Após quase três décadas do diagnóstico de Margareth Rago e de Marcos Antônio Lopes, pode-se dizer que a historiografia brasileira continua negligenciando o estudo do tempo e das temporalidades? A dita empiricidade do mundo continua vetando estudos “teóricos” sobre o tempo histórico?

Nos últimos anos, vários historiadores e historiadoras vêm enfrentando a problemática do tempo em suas pesquisas, destacando-se nesse sentido a

¹ Referência à música de Caetano Veloso, *Oração ao tempo*, gravada em 1979, no álbum *Cinema transcendental*.

área de história da historiografia como seleiro privilegiado de tais interrogações. Valdei Lopes de Araújo, em sua tese de doutorado defendida em 2003, denominada *A experiência do tempo: modernidade e historicização no império do Brasil (1823-1845)*, colocou no centro da análise as formas de lidar com o passado, presente e futuro, pensadas e sentidas pelos intelectuais luso-brasileiros que arquitetaram o Estado nacional. Com isso, a formação do Brasil imperial foi iluminada a partir do ângulo da temporalidade, tal qual experimentada social e historicamente. Um pressuposto caro atuou aqui, o qual germinará em vários outros trabalhos: “a experiência do tempo não foi sempre a mesma, cada época criou modos específicos de relacionamento com essa dimensão central da existência humana” (DE ARAÚJO, 2008, p. 19).²

Seguindo esta mesma linha, autores e autoras como Temístocles Cezar (CEZAR, 2018), Fernando Nicolazzi (NICOLAZZI, 2011), Rodrigo Turin (TURIN, 2013), Géssica Guimarães (GUIMARÃES, 2019), Thamara Rodrigues (RODRIGUES, 2021) e Ana Carolina Barbosa Pereira (PEREIRA, 2019), entre tantos e tantas, dedicaram importantes estudos ao problema do tempo histórico, escrutinado através de casos concretos, fundamentais para o entendimento de dada escrita da história, conforme a época investigada. Não à toa, em graus variados, todas essas pesquisas formularam-se a partir das ideias de autores como Reinhart Koselleck, François Hartog, Paul Ricoeur, Hans Ulrich Gumbrecht e Jorn Rusen, isto é, intelectuais europeus que, desde os anos 1980, alimentam a historiografia com produções nas quais a reflexão sobre o tempo da história (e da historiografia), em variados matizes, coloca-se fortemente. Tempo e escrita da história passaram a ser encarados como elementos que se retroalimentam, complementares, como na clássica formulação ricoueriana: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que ele é articulado na forma narrativa; em contrapartida, a narrativa é significativa na medida em que delinea os traços da experiência temporal” (RICOEUR, 1997, 18).

Assim como de Paul Ricoeur, de outro autor citado advém uma importante definição sobre o tempo, a qual serviu como uma espécie de programa de pesquisa para todo um conjunto de autores e autoras nacionais:

² O referido autor complexificou e ampliou suas análises a respeito da relação entre temporalidade e história no artigo *História da historiografia como analítica da historicidade* (DE ARAÚJO, 2013).

Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido. Ou ainda, deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas (KOSELLECK, 2006, pp. 13-14).

De objeto metafísico, de difícil apreensão, o tempo emerge aí como algo que se objetifica, que se materializa em um rosto humano, em prédios, em casas, em ruas, em uma palavra: no cotidiano dos indivíduos. Assim, demasiadamente humano - logo capaz de ser apreendido e historicizado -, o tempo cravou seu lugar no rol de objetos históricos da historiografia brasileira, para daí não mais sair. Outrossim, João Paulo Pimenta, apresentando um dossiê a respeito da *história do tempo no Brasil* para uma revista em fins de 2018, diagnosticou já a existência de uma “historiografia do tempo no Brasil”.³ Segundo aquele autor, “partindo-se de uma história dos homens no tempo, é possível tomar o tempo como objeto da história. [...] Uma história dos homens no tempo, mas também *pele* tempo” (PIMENTA, 2018, p. 01-02). É enfocando justamente na dimensão socialmente vivida do tempo, enquanto experiência de homens e mulheres, que o corrente ensaio procurará se movimentar.

Nesse sentido, aborda-se uma experiência do tempo presente vivenciada por historiadores e historiadoras do Brasil a respeito de sua própria disciplina, durante a década de 1970. O objetivo deste texto é cartografar tal vivência disciplinar, flagrar e discutir a maneira como profissionais de Clio comportaram-se perante sua área de saber em um momento tenso e traumático, como foi o período em que o país submergiu em uma longa noite autoritária e ditatorial, iniciada em fins de março de 1964, com o Golpe Civil-Militar. O foco está, pois, na percepção experiencial que dados indivíduos, enquanto historiadores e historiadoras, tiveram a respeito da situação vivida pela história no Brasil ditatorial dos militares. É esta realidade, entendida aqui como um presente disciplinar, conforme captado por seus praticantes, que se procurará examinar nas próximas linhas, demonstrando, assim, uma dada temporalidade vigente da história no Brasil.

³ Nesse sentido, observar a nota 20 do texto, em que o autor lista uma série de trabalhos exemplificativos (PIMENTA, 2018, p. 06).

Com isso, ilumina-se o próprio *métier* da história e do(a)s historiador(a)s em um contexto de convulsão social e política, selecionando um tempo e um espaço específicos, fornecendo um possível espelho para os dias atuais, igualmente marcado pelo signo do colapso, da tensão e do conflito (PEREZ, 2017).⁴ Entre o presente do passado e o de hoje, talvez haja aquilo que Marc Bloch qualificou oportunamente de “solidariedade de épocas” (BLOCH, 2001, p. 145), o que pode favorecer a uma compreensão dos períodos em apreço. Dentro de tal jogo temporal, as problemáticas não podem ser outras senão as seguintes: por quantas crises a história e os historiadores e historiadoras já passaram? Como estas foram enfrentadas e vivenciadas? Que experiência do tempo momentos de crise engendram na classe intelectual de Clio? Tais foram as questões estruturadoras, tomadas mais como índices de reflexão e provocação do que como perguntas a serem respondidas.

A escolha pelos anos de 1970 foi motivada não só pela situação atual do país e da historiografia brasileira, mas relaciona-se igualmente com a necessidade de contribuir com um maior conhecimento a respeito da situação da disciplina histórica naquele período. Ao contrário dos anos 1980 e 1990, que já receberam importantes estudos sobre a consolidação da historiografia brasileira universitária, as disputas teórico-políticas e a recepção-apropriação de autores estrangeiros (GEMINIANO, 2021; MELLO, 2012; OHARA, 2017; FICO & POLITO, 1992), a terceira década da segunda metade do século passado carece de maior pesquisa, sendo ainda válido o diagnóstico feito por Francisco Falcon: “não dispomos de uma história realmente histórica da historiografia da década de 70” (FALCON, 2015, p. 140). Se do ponto de vista de uma história social, política ou cultural a época governada pelos militares Médici e Geisel está relativamente bem mapeada e discutida, vide os variados trabalhos sobre a Ditadura Militar dos últimos anos (FICO, 2017), o mesmo não se pode dizer quanto à historiografia brasileira produzida em tal conjuntura. Aqui, apenas estudos pontuais foram realizados (FREIRE, 2018; BURMESTER, 1992; GONTIJO, 2017).

⁴ Como o(a) leitor(a) atento(a) perceberá, em alguns momentos do texto emergem questionamentos bem parecidos com os que se fazem nos dias que correm. A razão de ser de tais apontamentos consiste justamente em sugerir possíveis relações entre os presentes – o atual e o do passado (anos 1970) – do corrente ensaio, incorporando assim uma outra máxima de Marc Bloch: compreender o passado pelo presente e este por aquele (BLOCH, 2001, p. 130).

Dessa forma, almeja-se destacar e discutir a própria historiografia brasileira em um momento no qual passava por um torvelinho de mudanças. Todas elas, aliás, ligadas ao regime discricionário de 1964, que no início do decênio seguinte passou a executar a Reforma universitária, responsável por remodelar a Universidade brasileira, pondo fim ao regime de cátedras, instituindo o sistema unificado de vestibular, de departamentos e de pós-graduação no país, aumentando o número de universidades (públicas e privadas) e de universitários. Tudo isso acompanhado de censura, policiamento repressivo e cassação de estudantes e professore(a)s (MOTTA, 2014). Como tais transformações foram percebidas, ditas e sentidas por um grupo específico de intelectuais que estava atento ao seu presente disciplinar (isto é, a história no Brasil), perfazendo uma dada vivência social, uma experiência do tempo em voga, é o que se verá mais abaixo.

Analisando textos historiográficos como artigos acadêmicos, discursos em eventos, balanços da área e teses de doutorado e de livre-docência, a reflexão proposta encontra-se dividida em dois grandes momentos. No primeiro, destaca-se como alguns historiadores e historiadoras enxergaram o seu presente disciplinar, o momento vigente da história nos idos de 1970; em seguida, no interior desta experiência do tempo, amplia-se a discussão para a maneira como o presente disciplinar foi temporalizado, insinuando aí movimentos de abertura do tempo, seja para o passado da disciplina, seja para o seu futuro. Assim, com estes deslocamentos explicita-se a fecundidade de tratar a história da historiografia brasileira *pelo* tempo presente, conforme seus cultivadores profissionais expressaram nos tumultuados dias de 1970.

O presente do passado

Levar em conta a relação dos atores com o tempo conduz assim a pôr a carga temporal da história *nos* presentes, os de hoje e os de ontem, que o historiador deve restituir.

François Dosse (DOSSE, 2001, p. 60)

Nos anos iniciais da segunda metade do século findo, dois historiadores paulistas escrutinaram a historiografia brasileira a partir de uma visão comum

a respeito do saber histórico na época em que viviam. A despeito da diferença de dez anos entre as produções de um e outro, Astrogildo Rodrigues de Melo e Pedro Moacyr Campos leram o seu presente disciplinar sob o signo da renovação. 1950 e 1960 eram não só as décadas em que publicaram seus textos, respectivamente, como que eram também uma espécie de dísticos temporais encarados como momentos de crescimento da história no Brasil. Para um, escrevendo em 1951, “o campo da investigação histórica se vai alargando” (MELO, 1951, p.381); na mesma direção, dez anos depois, o outro assinalava que a historiografia brasileira alcançava uma “maturidade” (CAMPOS, 1951, p. 108).

Diante de um quadro historiográfico de evolução, exemplificado na existência de uma revista especializada (a Revista de história da Universidade de São Paulo - USP, criada em 1950), na produção de artigos e teses e nos cursos de graduação espalhados pelo país, a necessidade de um balanço histórico fazia-se premente, tal qual os autores acima estavam propondo. E assim, sob o impulso de um presente a ser compreendido, os dois historiadores da USP partiram para uma história da historiografia brasileira, do seu nascimento até os dias que presenciavam. Do passado para o presente disciplinar da história, tal foi o gesto de Astrogildo Rodrigues de Melo e de Pedro Moacyr Campos, em artigos publicados nas décadas iniciais da segunda metade do século anterior, respectivamente denominados *Os estudos históricos no Brasil* e *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*.

O exercício intelectual de temporalizar a historiografia brasileira feito por ambos compartilhou a experiência do tempo presente como evolução, típica da modernidade oitocentista da *belle époque* (HARTOG, 2003; CEZAR, 2018). A história no Brasil, enquanto conhecimento produzido e mobilizado por diferentes intelectuais, viveria uma atualidade de expansão, de maturação da área de saber em balanço. O momento disciplinar seria não só de mudança, de transformação, mas sobretudo de progresso. Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr, que viveriam os anos 1930, o início do curso de História na USP, qualificavam agora as décadas seguintes como positivas. O presente da história saltava sobre o passado, elevando-o qualitativamente. Um esboço da historiografia brasileira pelo tempo da nação não deixaria de comprovar essa experiência exitosa linear e evolutiva. Contudo, na década

seguinte aos anos 1960, essa compreensão do presente disciplinar cederia lugar a uma outra percepção, completamente diferente.

Durante o decênio setentista, inúmeros historiadores e historiadoras trataram sua atualidade sob o signo da crise. Tal percepção da realidade vivida já foi mobilizada, inclusive, no princípio daquela década, quando inúmeros intelectuais universitários reuniram-se no I Seminário de Estudos Brasileiros (SEB), realizado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, em 1971. Dentro deste evento, houve um grupo de trabalho voltado para uma discussão a respeito da situação dos estudos históricos no Brasil, coordenado por Sergio Buarque de Holanda, Alice Piffer Canabrava e Nícia Vilela Luz. Entre os analistas participantes estava José Eduardo Marques Mauro, historiador formado na USP,⁵ o qual apresentou a comunicação *A pesquisa histórica no Brasil*, em que procurou dar conta da situação da área, em termos de “constatar as falhas e lacunas observadas e em seguida apresentar sugestões para a sua melhoria” (MAURO, 1972, p. 10). A partir daqui, um presente disciplinar tenebroso foi desenhando-se na experiência do tempo do historiador.⁶

Logo de saída, como pressuposto, o historiador universitário apontou a existência de falhas e lacunas na pesquisa histórica praticada no Brasil de sua época. Seu retrato do estado geral - e atual - da arte então continuou:

A pesquisa histórica no Brasil se opera em condições bastante precárias e é mesmo sabido e repisado que ela continua a se constituir, as vezes, num misto de aventura com felizes coincidências ou desencontros desagradáveis que podem levar, as vezes, a grande decepções. [...] A nossa atenção voltou-se mais para a enumeração de certas deficiências básicas em setores fundamentais da pesquisa e que atuam como verdadeiros *pontos de estrangulamento* dos esforços dos pesquisadores, comprometendo, por vezes, a obra dos historiadores (MAURO, 1972, pp. 09-10).

A metáfora do *estrangulamento*, apesar de forte, é significativa: os caminhos da historiografia estariam estreitados, de modo que o(a)s profissionais de Clio que enveredavam por essa trilha corriam o risco de terem suas pesquisas

⁵ Suas informações acadêmicas podem ser facilmente consultadas em seu currículo *lattes*: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727431T5> acessado em 03/08/2018.

⁶ Experiência é pensada aqui a partir das contribuições de Yi-Fu Tuan, para o qual “é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização do mundo” (TUAN, 2005, p.15).

sufocadas, antes mesmo de gerarem seus produtos, em uma espécie de aborto historiográfico espontâneo.

Não obstante, quais seriam esses pontos de “estrangulamento”, responsáveis por asfixiar a historiografia brasileira? José Eduardo continuou o seu diagnóstico:

É o caso, de um lado, das *insuficiências das bibliotecas* (com deficiência de catalogação, acervos incompletos, bibliografia desatualizada, coleções de periódicos incompletos, inexistência de periódicos recentes) e, de outro, *a situação dos arquivos* (com deficiência e falta de catalogação de documento; as instalações precárias, comprometendo as vezes a própria conservação dos documentos; a falta de pessoal especializado; a insuficiência de publicação de catálogos; a ausência de equipamento moderno para a reprodução e manutenção de material etc.) (MAURO, 1972, p. 10).

O avaliador acima elencou dificuldades que – todas elas – dizem respeito à pesquisa histórica, ao trabalho do(a) pesquisador(a) em história, daquele e daquela que necessita ir aos arquivos e às bibliotecas, lendo documentos, livros e revistas, tomando notas e escrevendo textos historiográficos. É a historiografia em sua face de investigação científica, acadêmica que o preocupava. É esta que estaria em perigo, com sua existência estreitada em razão de constrições materiais que abafavam seu livre pulsar e, portanto, seu pleno desenvolvimento. Uma experiência de travamento, de emperramento qualifica a história e o historiador.

O texto de José Eduardo representa, pois, a atuação de um especialista, de alguém que, formado na lida do arquivo, no escarafunchar papéis antigos e decifrar documentos alheios, conhece a realidade sobre a qual discorre. No momento em que escrevia o texto ora em apreço, estava com o doutorado na USP em andamento, sob a orientação de José Sebastião Witter, a respeito do desenvolvimento econômico brasileiro na segunda metade do século XIX. Entre 1967-1968, realizou um curso de especialização de 380 horas que foi finalizado com um trabalho em torno da repercussão da Crise de 1929 na imprensa paulista, a partir da orientação de Sergio Buarque de Holanda. Em 1973, dois anos após o I SEB, concluiria seu doutorado, com uma tese escrita em 2 volumes.

Em termos de experiência do tempo presente, a ideia de estrangulamento suscita um contraponto importante com a percepção de

Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr, tal qual vivenciada por estes nos decênios anteriores. É como se entre a dupla de historiadores e José Eduardo, a historiografia brasileira tivesse tido seu movimento de livre expansão abreviado, sofregamente. O momento agora não era mais de progressivo alargamento do conhecimento histórico nacional, como era de temeroso encurtamento. Possibilidades, outrora abertas e sinalizadoras de desenvolvimento, agora se fechavam, encurtando e emparedando a historiografia brasileira. Como fazer história em um cenário estrangulador das potencialidades de desenvolvimento disciplinar? Como é possível produzir conhecimento histórico quando as possibilidades de pesquisa minguam, travando assim o trabalho do(a) pesquisador(a)? Tal foi a questão que Carlos Guilherme Mota (se) colocou no dia 16 de dezembro de 1974, ao discursar perante uma turma de concluintes do curso de história da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Seu discurso, intitulado *O historiador brasileiro e o processo histórico*, tomou o mesmo pressuposto de José Eduardo a respeito da contemporaneidade disciplinar, porém de forma ampla, o que gerou alguns constrangimentos, afinal

Como dizer-lhes que estão ingressando numa comunidade ainda traumatizada pelo processo histórico da última década? Nós que estudamos o processo histórico, quase fomos por ele engolidos. [...] Como dizer a vocês que o 'ofício do historiador', de que falava Marc Bloch, é ameno e a travessia calma, quando, na verdade temos, aqui e agora, tantos problemas a superar?! (MOTA, 2011, pp. 215-217).

Guilherme Mota negou-se a oferecer um discurso esperançoso aos recém-formados do curso de história da UFMG. A entrada na confraria dos historiadores e historiadoras deveria ocorrer sob o signo da lucidez, ante a um presente que precisava ser encarado – e enfrentado – realisticamente. A atualidade não comportava otimismo, acreditava o historiador da USP, onde exercia atividades de pesquisa e de docência desde os anos 1960. O realismo, ainda que pessimista, era o tributo a ser pago para o entendimento adequado da atualidade não só da disciplina, como do próprio país.

Aprofundando a percepção temporal, o palestrante tratou sua época de forma historicizada, razão pela qual o colocou em termos de processo histórico. Diferentemente de seu colega de instituição, Guilherme Mota não se restringiu ao presente de sua disciplina, fornecendo uma impressão mais

ampla e geral. Para ele, o seu hoje vinha de um ontem, em uma espécie de continuum histórico: 1974, 1964. Escrito e verbalizado quando o Golpe civil-militar completara já dez anos, *O historiador brasileiro e o processo histórico* deu densidade temporal à sua época vivida, situando-a historicamente, o que mostra o quanto o presente, percebido de forma negativa, impactava a comunidade historiográfica nacional dos anos 1970. A relação entre a ditadura inaugurada em 1964 e uma experiência traumática do presente marcou toda a palestra, dando-lhe um tom trágico:

Como dizer que as coisas vão bem na seara historiográfica, quando podemos verificar, com um simples golpe de vista, que no processo cultural brasileiro a universidade viu serem alijados de seus quadros figuras eminentes como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Paula Beiguelman, Maria José Garcia Werebe, Bento Prado Júnior (hoje com trinta e poucos anos de idade), ou uma historiadora e professora do porte de Emília Viotti da Costa? Ouço dizer que há, ainda hoje, elementos responsáveis no Brasil, ocupando posições de mando, mas que parecem, creio, desatentos para esse aspecto grave, para esta página negra da história da cultura no Brasil. (MOTA, 2011, p. 215)

Após o discurso, revelando de forma ainda mais cruel o vínculo com a situação criada pelo regime ditatorial, um funcionário do serviço de segurança interpelou o orador, confiscando ao final o texto de sua palestra, sob a acusação de estar incitando a rebeldia juvenil contra a ordem instituída.⁷ Mais uma vez, o presente colocava-se, traumático e autoritariamente.

Em um texto produzido em 1974, intitulado *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos*, o qual forneceu a base de sua tese de livre-docência (*Ideologia da cultura brasileira*), Guilherme Mota não deixou de experimentar uma certa vivência de seu tempo. O historiador paulista, tratando a historiografia nacional no âmbito de uma história contemporânea da cultura brasileira, caracterizou sua quadra em termos de um processo histórico de “compressão”, isto é, a realidade dos seus coetâneos estaria comprimida, apertada, espremida por uma grave crise econômica, de um lado, e uma censura autoritária e persecutória político-social, de outra. A atualidade setentista no Brasil seria de “impasse e de fechamento”, de modo

⁷ Informação presente no próprio texto de Guilherme Mota. Rodrigo Patto, em seu estudo sobre as universidades brasileiras durante o Regime Militar, assinalou que casos como o relatado acima foram bastante comuns. Ver: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 217.

que “a descompressão torna-se, pois, tarefa a ser executada com urgência” (MOTA, 2011, p. 73). A realidade assim percebida tornava-a quase insuportável, demandando um exercício intelectual de abertura do tempo, em nome da sobrevivência. Como viver em tempos de fechamento político e social em que o próprio fazer disciplinar da história encontra-se ameaçado? Tal era a aporia que agonizava o autor e muitos de seus pares.

Cumprir destacar que essa experiência disciplinar do tempo presente não se encontra apenas nos historiadores ligados à USP. Vários autores que refletiram a respeito da historiografia brasileira deixaram registros de uma percepção contemporânea afim a de José Eduardo e Guilherme Mota. Tal é o caso, por exemplo, de José Roberto do Amaral Lapa, docente na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Para este historiador, na conjuntura dos anos 1970, a história na sociedade brasileira estaria em crise, vivendo um de seus piores momentos. Para o autor de *A história em questão*,

História e historiografia do Brasil sentiram ampliar-se uma crise que as vinha solapando. [...] Ai não se trata tanto de verificar se o povo brasileiro vai bem ou mal. Não é essencialmente um problema de conteúdo, embora acabe por envolver o objeto da História. A crise se desdobra e é envolvente. Há crise ideológica, crise de mercado profissional, crise de mercado editorial e de leitores, crise do ensino e das obras. (LAPA, 1976, p. 13)

Repetida várias vezes, a palavra crise dá o tom na experiência do tempo presente de Amaral Lapa, tal qual este o percebe no momento em que escrevia a respeito da historiografia brasileira contemporânea, no ano de 1976. As palavras do autor surgiram com base em cursos anteriores ministrados em turmas de pós-graduação de sua universidade. Apesar do crescimento material da área, percebido e analisado pelo próprio historiador da Unicamp em seu livro (LAPA, 1976), sua área disciplinar foi tratada com aflição, diante de um tempo que aparentava colapsar toda a sociedade brasileira. A crise era total, envolvente, em uma palavra: atmosférica. E a história disciplinar parecia ser o índice maior, a agonizar, da conjuntura convulsiva.

Diante dessa experiência traumática do vivido, Francisco Iglésias, outro historiador fora do eixo uspiano, atuando na UFMG, cinco anos antes de seu par profissional afirmava que era “dramática a situação dos estudos de História no Brasil”, chegando mesmo a intuir a possibilidade de um desaparecimento disciplinar da história nos anos imediatos (IGLÉSIAS, 1971, p.

412). Com um pessimismo semelhante, Cecilia Maria Westphalen, docente na Universidade Federal do Paraná, no mesmo evento que contou com a participação de José Eduardo, acusava a historiografia brasileira de viver um “processo de esclerosamento” contínuo (WESTPHALEN, 1972, p. 40). Apesar da institucionalização recente na Universidade brasileira, a história para Westphalen já estaria dando sinais de cansaço, prematuramente.

O diagnóstico parece ser o mesmo: estrangulamento, compressão, crise, drama e esclerosamento. Estes sintomas seriam, pois, sinais de uma experiência do tempo que aparenta ter marcado a vivência de historiadores e historiadoras dos anos 1970, no que toca à percepção do presente disciplinar, temporalidade que era intuída de forma nauseática, sob um profundo mal-estar, bem distante do otimismo de Astrogildo Rodrigues de Melo e Pedro Moacyr Campos nos 1950 e 1960. Destas quadras para o decênio setentista, a história no Brasil colapsava, para a angústia de inúmeros profissionais. A narrativa que humaniza o tempo vivido destes historiadores e historiadoras carrega uma forte marca soturna. Daí as metáforas do início deste parágrafo.

Cabe ressaltar que a experiência aflitiva do presente disciplinar, compartilhado por historiadores e historiadoras, não apontava exatamente para uma crise epistemológica da historiografia brasileira, como ocorrerá mais a frente, nos dois últimos decênios do século XX (MAIA, 2018). O mal-estar não advinha de um suposto questionamento à verdade histórica, assim como não era proveniente de dúvidas em relação à cientificidade do conhecimento histórico. Os fundamentos epistemológicos da disciplina não estavam tanto em questão. Pode-se até dizer que permaneciam resguardados, na medida em que a defesa do método histórico, do uso crítico das fontes e dos aportes teóricos eram cada vez mais reivindicados, colocados como grandes diferenciais de uma historiografia universitária (IGLÉSIAS, 1971). O momento era de cientificização da história, inclusive.⁸

O que ocorria, na verdade, era uma espécie de corrosão social da história, que arremessava os historiadores e historiadoras em uma condição material cada vez mais problemática, capaz de tirar-lhes o chão, dificultando,

⁸ A partir da segunda metade do século passado vários manuais de teoria e metodologia da história foram produzidos. Mais informações em: FURTADO FILHO, João Ernani. Manuais de iniciação aos estudos históricos e a questão da utilidade do conhecimento. *História Unisino*, Vol 21, N° 2, Maio/agosto, 2017.

assim, as atividades de pesquisa e ensino. Agruras em torno da função social e profissional da história era o que incomodava: como ser historiador, historiadora, quando as condições materiais de seu exercício estão sendo solapadas diuturnamente? Parece ser esta a aflição maior daqueles que – tentavam? – fazer história no Brasil autoritários dos anos 1970.

Os vultosos índices de crescimento econômico que o Brasil alcançava no início da década de 1970, a proliferação de obras faraônicas como a ponte Rio-Niterói e a propaganda ufanista do governo militar, aparentam não ter contagiado os intelectuais em apreço, em direção a um otimismo histórico que marcou a ditadura militar de 1964 (FICO, 1997). Antes, o sentimento de tal grupo esteve mais próximo do desencantamento do que de uma euforia alegre em relação ao presente. Na experiência do tempo vigente dos historiadores e historiadoras universitários, a involução, o congelamento das potencialidades criativas, em uma palavra, a crise, atuou mais forte, estruturalmente. Tal percepção soturna do hoje também foi expressa por outros intelectuais da sociedade brasileira da época.

No começo dos anos 1970, a revista carioca *Visão* mobilizou-se para oferecer ao seu público uma avaliação da cultura brasileira em vigor, passados mais de meia década do regime ditatorial. Qual teria sido o efeito de seis anos de governo discricionário na vida espiritual nacional? Eis a pergunta-enquete, entregue a vários jornalistas, escritores, professores, artistas etc. da época, a qual motivou o inquérito do periódico. A resposta foi praticamente unânime: “vazio cultural”, “cessão criadora”, “apocalipse espiritual”, “emperramento artístico” e “deserto intelectual” foram algumas das várias expressões usadas para caracterizar o momento vivido pela cultura brasileira no prelúdio da oitava década do século passado (GASPARI, 2000). Zuenir Ventura, famoso jornalista e escritor, encarnou uma voz que pode sintetizar boa parte das avaliações da classe intelectual brasileira no momento:

O quadro atual oferece uma perspectiva sombria: a quantidade suplantando a qualidade, o desaparecimento da temática polêmica e da controvérsia na cultura, a evasão dos nossos melhores cérebros, o êxodo de artistas, o expurgo nas universidades, a queda na venda de jornais, livros e revistas, a mediocrização da televisão, a emergência de falsos valores estéticos, a hegemonia de uma cultura de massa buscando apenas o consumo fácil. (VENTURA, 2000, p. 41)

O sentimento do observador da cultura brasileira era de que os anos 1960 tinham ficado para trás, definitivamente. A efervescência criativa que fez Brasília ganhar forma e estrutura, a ousadia crítica que esteve na base do Cinema Novo e a serenidade clássica e elegante da Bossa Nova estavam agora mais do que nunca no passado, como que congelados, inertes em um presente que abafava todo e qualquer avanço cultural. A crise era também da cultura brasileira, do espírito nacional.

“Houve um tempo em que o Brasil estava irreconhecivelmente inteligente” (SCHWARZ, 1978, p. 63): frase do crítico literário Roberto Schwarz, para se referir ao final dos anos 1950 e início da década de 1960, passou a ser bastante usada para particularizar a “asfixia cultural” do decênio setentista. Além de indicar uma experiência plúmbea do tempo presente da classe letrada brasileira, Zuenir Ventura serve também para mostrar as semelhanças dessa percepção temporal com aquela dos historiadores e historiadoras universitários: “esse balanço deixa no ar uma advertência. Sem germes e sem herança, sem promessas e sem caminhos, sem busca e sem questionamento crítico, sem o fermento da inquietação e sem a livre disposição criadora, o que será da cultura brasileira na década de 1970? ” (VENTURA, 2000, p. 41). O mesmo sentimento de dúvida, de paralisia, de emparedamento e o mesmo questionamento marcaram também alguns praticantes de Clio. Diante disso, o que fazer? O que fizeram os historiadores e as historiadoras dos anos 1970 para escapar de um presente angustiante? Como lidar com uma crise ampla – disciplinar, científica, cultural?

O futuro do passado

A visão que afinal professamos não é nada otimista. Mas não é bem do otimismo que vive o homem, mas da esperança.

Luiz Costa Lima (LIMA, 1978, p. 26)

O presente disciplinar percebido caoticamente, todavia, não dominou soberanamente os intelectuais de Clio. Na ordem do tempo vivido, os historiadores e as historiadoras ligados ao espaço universitário conseguiram realizar furos, em um movimento de abertura temporal, no qual o futuro,

alternativamente, teimava em ser evocado. O exemplo anterior de Guilherme Mota, ao assinalar a necessidade de uma “descompressão” do tempo histórico de sua época, já sugere este anseio de provocar fissuras em uma temporalidade vivenciada de maneira sufocante. O mesmo historiador que tratou de um tempo comprimido, assim reivindicou uma utilidade intelectual e prática para o seu esforço de historicização do conhecimento histórico na sociedade brasileira: “se os estudos históricos ensinam algo valioso, é a pensar no futuro, projetar e nutrir a utopia com dados retirados do passado” (MOTA, 2011, p. 72).

“Nutrir a utopia”, como se ela estivesse disponível, repousada comodamente no horizonte, a espreitar os homens e as mulheres, de quem esperava os mais variados investimentos simbólicos. Moderno, Guilherme Mota esteve atento ao futuro, crendo em História, conforme as lúcidas observações de François Hartog: “a História, com H maiúsculo precisamente, foi um grande, senão o grande objeto de crença da época moderna. Ela teve seus crentes, seus devotos e seus mártires” (HARTOG, 2017, p. 28). Crer-se em história quando o futuro de progresso passa a ser o seu *telos*, dando-lhe a direção, cabendo aos homens fazer a história. Segundo Ana Maria de Oliveira Burmester, a historiografia brasileira dos anos 1970 foi dominada pelo mote do “fazer a história”, daí porque a temática da revolução, ocasião típica em que se acredita que a história é feita pelos Homens, colocou-se de forma quase que irresistível para a comunidade historiográfica (BURMESTER, 1992).

Ao lembrar a atmosfera dos anos 1970 mais de trinta anos depois, a necessidade de ter um horizonte alvissareiro foi colocada como uma característica vital daquele ambiente. Ao lado de um clima histórico limitador e paralisador, Guilherme Mota rememorou que “éramos menos céticos em 1975, porque vislumbrávamos um Brasil desenredado da herança colonial e imperial, distante do legado político, ideológico e mental do império bragantino” (MOTA, 2007, p. 20). Ao contrário dos primeiros anos do segundo milênio, o período de Médici e Geisel ressurgiu na memória do historiador da USP como um momento menos trágico, justamente em razão de um futuro possível, que ainda se descortinava para a intelectualidade brasileira. Fechando a comparação entre tais épocas, constatou-se, melancolicamente:

A grande diferença entre aqueles dias difíceis dos anos 70 e os atuais é que então havia um horizonte nítido pelo qual se lutar. Os sonhos também eram mais límpidos. O horizonte chegou, porém com nuvens pesadas, agravantes, heranças socioculturais malditas, entulhos jurídico-políticos, atavismos e patologias que não imaginávamos: ao lado dos velhos coronéis e suas famílias, figuras imbatíveis dos referidos lúmpen-proletariado e lúmpen-burguesia subiram junto com a vanguarda sindical que se instalou no Planalto. Triste é que muitos provêm de uma esquerda que imaginávamos heróica. (MOTA, 2007, p. 24)

Da grande expectativa para a amarga decepção: tal parece ser o lúgubre movimento percorrido pela consciência do autor. Parafraseando – e atualizando – a frase atribuída a Martinho Prado da Silva, um dos construtores da República no Brasil, caberia apontar, a fim de caracterizar a desilusão de Guilherme Mota, que o que este assistia no prelúdio do século XXI não era a (nova) república dos seus sonhos.⁹

Outros historiadores universitários também manifestaram uma atenção considerável para com o futuro. O mesmo que alertou a possibilidade de um fim iminente da disciplina histórica no Brasil ditatorial, Francisco Iglésias, não deixou também de, no mesmo texto, assinalar que seu interesse estava muito mais no mundo novo que surgia para a vida do que no velho mundo que se extinguiu.¹⁰ O futuro estava no horizonte, a vista, logo ali: “no próximo século, possivelmente, o homem vai olhar para os anos anteriores à cibernética, às viagens espaciais, como algo tão distante que terá a impressão de que a História começa na segunda metade do século XX” (IGLÉSIAS, 1971, p. 414). O presente temeroso, percebido como ameaça, não foi capaz de impedir uma visada ao porvir, na qual o progresso colocava-se novamente. Assim como Guilherme Mota, Francisco Iglésias realizou o gesto de abertura do tempo, projetando a história em um futuro imaginado. O gesto comum aos dois historiadores universitários foi a pluralização do atual, entrevendo um Amanhã alvissareiro para o qual pretendiam trabalhar.

Porém, a fenda no presente negativo não soabria apenas o futuro: o passado também se descortinava, em especial o da historiografia brasileira. Nesse sentido, uma resenha de Vamireh Chacon, professor universitário na

⁹ A frase original, expressa em 1891, é: “esta não é a república dos meus sonhos” (CARVALHO, 1990, p.52).

¹⁰ Tal pensamento é uma referência a uma famosa ideia do historiador inglês Geoffrey Barraclough, que apontou que sua “obra se inseria muito mais no mundo novo que surge para a vida do que no velho mundo que se extingue” (BARRACLOUGH, 1966, p.12).

universidade de Brasília, sobre o supracitado texto de Guilherme Mota de 1974, é bastante salutar. A produção, publicada no segundo trimestre de 1976 na *Revista de história* da USP, na sessão denominada “Historiografia”, foi intitulada, significativamente, *Passado e futuro da historiografia brasileira*. Se o presente era o “não dito”, aquelas outras duas temporalidades do título deram o tom do texto. Vamireh Chancon, analisando o trabalho de seu par profissional, percorreu o que entendeu ser o passado dos estudos históricos no país, fazendo várias retificações ao objeto em escrutínio. De maneira geral e sintética, caberia perceber que

Existem duas linhas fundamentais na Historiografia brasileira, o que não deve ser ignorado, enquanto ponto de partida de raciocínio. Uma, vinda de Varnhagen: a dos historiadores áulicos de efemérides, protagonizada pelos heróis brancos. Trata-se da tradição continuada por Hélio Viana, Pedro Calmon e inúmeros sebastianistas monárquicos. A outra: a dos historiadores sociais do Povo brasileiro, remontando a Capistrano de Abreu, tronco donde provem José Honório Rodrigues, Carlos Guilherme Mota e o autor destas linhas, entre vários mais, todos voltados para uma Historiografia estudando a Realidade olhada desde suas bases coletivas, quase anônimas. Historiografia das maneiras de Ser, Pensar e Fazer da nossa Sociedade, segundo a perspectiva de cada analista. (CHACON, 1976, p. 561)

Embora apresente sua própria história da historiografia brasileira, situando inclusive o trabalho do autor resenhado, o movimento temporal apresentado foi duplo: do passado para o futuro. Daí o título da resenha. O que estava em jogo para Vamireh Chacon era tanto a discussão de um dito passado da historiografia nacional quanto o futuro desta mesma produção intelectual, a qual também deveria ser objeto de análise, futuramente. As observações críticas feitas ao trabalho de Guilherme Mota cumpriram o papel de despertar novas pesquisas, assegurando assim a perenidade de uma reflexão historiográfica no Brasil. Para o resenhista, os estudos historiográficos de José Honório Rodrigues e Carlos Guilherme Mota necessitavam de continuadores, no presente e no futuro. Sua resenha seria, pois, uma tentativa nesse sentido, bem como uma conclamação à comunidade historiográfica para tal, uma vez que a autocrítica seria uma marca indispensável do saber científico.

O gesto do historiador resenhista consistiu em uma pragmática histórica de fornecer sentidos orientadores para um contexto de crise, de dificuldade e de carência de direção. O seu texto-resenha seria mais do que

um mero comentário, como seria, na verdade, uma espécie de bússola a indicar um caminho, uma vereda historiográfica a se percorrer, a fim de levar a historiografia brasileira a um estado de segurança e de desenvolvimento. Assim, as anotações de Vamireh Chacon poderiam ir além do escrito de Carlos Guilherme, direcionando a história no Brasil rumo a um estágio de evolução superior ao momento de crise que vivia. Logo, não deixa de ser orientações para um estado de crise que poderia ser superado. Chacon não estava distante também de uma crença na história, ou seja, colocava-se igualmente na posição de imaginar um futuro para a historiografia no Brasil, abrindo frestas temporais para os seus pares avistarem para além do vivido.

Entreabrindo um futuro, a fissura feita em um presente não dito andou *pari passu* com uma abertura para o passado. Contra o presente disciplinar traumático, percebido de forma ameaçadora e crítica, passado e futuro foram antevistos e revistos pelos intelectuais universitários que tomaram a atualidade de sua historiografia como objeto de investigação. Essa experiência do tempo vigente jogou a temporalidade para os dias idos e para o porvir, como que em um pêndulo, a oscilar ora para o passado, ora para o futuro. O *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* da historiografia estavam como que especialmente articulados, um dependendo do outro, como é próprio do *regime moderno de historicidade* (KOSELLECK, 2006; HARTOG, 2013).

Tal experiência do tempo está na base do debate que levou a profusão de vários trabalhos acadêmicos sobre a história da historiografia brasileira na década de 1970, como os de Maria de Lourdes Monaco Janotti (JANOTTI, 1971), Maria Odila Leite da Silva Dias (DIAS, 1972), Raquel Glezer (GLEZER, 1976), Nilo Odália (ODÁLIA, 1997), entre outros.¹¹ A operação de temporalização da história no Brasil, flagrando o que seria tanto o seu passado como o seu futuro, realizada por artigos, dissertações, teses e livre-docências, pavimentou uma intensa conversação concernente à produção histórica nacional, como até então não se tinha visto entre os historiadores e historiadoras universitários (FREIRE, 2018).

De Maria de Lourdes Janotti, em 1971, passando por Maria Odila Dias, Guilherme Mota, Nilo Odália, Francisco Iglésias e Amaral Lapa, até chegar em

¹¹ Os demais trabalhos podem ser consultados no artigo de Freire (2018).

Jayro Gonçalves de Melo,¹² no apagar das luzes da década de 1970, a historicização da historiografia brasileira ocorreu sob o influxo desta dupla abertura temporal. Com horizontes abertos, às custas de um presente sufocante, partiu-se para uma reflexão acerca da historiografia brasileira que poderia não só mudar a contemporaneidade, como também preparar o futuro, antecipando a história. A experiência do tempo, ocorrendo sob o céu da modernidade, em um Brasil marcado por um regime que encapou uma *modernização autoritária* (REIS, 2015), trouxe a marca da aceleração histórica, o que fazia da atualidade um terreno ainda mais instável e precário.

Nesse sentido, as palavras de Maria de Lourdes Janotti, em sua tese de doutorado, parecem valer por todo o grupo, traduzindo e sintetizando sensações, inquietações e projetos de quem estava refletindo sobre sua área de conhecimento:

A historiografia brasileira tem sido insuficientemente estudada. A pobreza do número e do conteúdo de obras que se ocupam de tal matéria revela um campo ainda inexplorado, que aguarda investigação metódica. Ela tem sido tratada por dois tipos de obras: as histórias da literatura e os estudos isolados sobre historiadores. Estes tipos de trabalho se caracterizam por uma completa sistematização processual. [...] Deve-se aspirar a uma história da historiografia com problemas historiográficos. (JANOTTI, 1971, p. 10)

Nilo Odália, alguns anos após Maria de Lourdes Janotti, externou incômodo semelhante, denunciando a incompletude dos estudos historiográficos no Brasil:

Falta-nos, sem dúvida, uma história da historiografia, que poderia servir como ponte de ligação entre o que se faz e o que se fez. Infelizmente, os trabalhos já realizados não chegam a suprir tais lacunas, porque antes de mais nada são ou o estudo de um único historiador, ou ensaios que muitas vezes apenas afluam a problemática de uma história da historiografia (ODÁLIA, 1997, p. 11).

A urgência de renovação é latente, como se as obras anteriores, a despeito de serem feitas desde 1949, data do livro *Teoria da história do Brasil* de José Honório Rodrigues, não tivessem tratado adequadamente da matéria. Dessa ausência, surgiriam os vários trabalhos em torno da história da historiografia brasileira. Esta área disciplinar, apesar dos estudos, estaria carente de passado, missão para a qual, a partir de então, se dedicariam vários

¹² Este autor realizou dois importantes trabalhos acadêmicos a respeito da história da historiografia brasileira: uma dissertação sobre Capistrano de Abreu e uma tese sobre Caio Prado Junior, esta já nos anos 1980, conforme Freire (2018).

historiadores e historiadoras universitários. As críticas aos estudos passados e o apelo de renovação historiográfica também foram procedimentos endossados por outro intelectual universitário: “os estudos historiográficos são e devem ser feitos por historiadores, levando em conta uma problemática teórica da historiografia” (PAULA, 1981, p. 58). Assim como outros colegas de instituição, Fernando Novais manteve o olhar tanto no passado, a fim de revisar os poucos trabalhos já apresentados, quanto no futuro, tendo em vista o fomento a novas reflexões.

A queixa segundo a qual os estudos de historiografia não estavam sendo devidamente realizados foi um ponto comum em todos os trabalhos da década de 1970 que analisaram a história da historiografia brasileira (FREIRE, 2018; GONTIJO, 2017). Muitos trabalhos, inclusive, anunciam sua motivação vindo dessa incompletude e fragilidade. Mais do que preencher lacunas, contudo, pode-se analisar tal reclame como produto de uma abertura de horizontes, proporcionada por uma experiência do tempo presente que, pendularmente, fazia a historiografia brasileira balançar entre o passado e o futuro, entre a revisão e a renovação, a tradição e a modernização, a crítica e a esperança. Não à toa, após historiar a historiografia brasileira, mostrando toda sua evolução desde o século XIX, Amaral Lapa assim abriu o último tópico de seu texto, intitulado sugestivamente “perspectivas”:

Quais seriam as perspectivas da historiografia brasileira para os próximos vinte e cinco anos que nos restam deste século? Como será ou como deve ser estudado o século V da nossa história? Que tipo de história temos que preparar ou como teremos que nos preparar para ela – para o ano 2000 – como se tornou moda projetar em nossos dias? (LAPA, 1976, p. 56)

Após tentar uma imersão no que entendia ser o passado da história, flagrando todo o seu desenvolvimento, o historiador campineiro voltava à superfície, com a cabeça erguida, mas olhando para além do presente, em direção aos anos 2000. Assim como Vamireh Chacon e tantos outros, era o passado e o futuro da historiografia brasileira que o inquietava. Do passado, passando pelo presente disciplinar embaraçoso, o movimento era de cerrar os olhos e imaginar o futuro da historiografia brasileira, para quem sabe aí encontrar um novo tempo, diferente do que então se vivia.

Referências bibliográficas

BARRACLOUGH, G. **Introdução à História Contemporânea**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966.

BLOCH, M. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURMESTER, M. O. **A (des)construção do discurso histórico**: a historiografia brasileira dos anos 1970. Tese de livre docência apresentada a Universidade Federal do Paraná, 1992.

CAMPOS, P. M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. **Revista de história**, v. 22, n.º 45, São Paulo, 1961.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CEZAR, T. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHACON, V. Passado e futuro da historiografia brasileira. **Revista de história**, n.º 106, São Paulo, 1976.

DE ARAUJO, V. L. **A experiência do tempo**: Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

DE ARAUJO, V. L. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 6, n.º12, pp. 34-44, 3 set. 2013.

DIAS, M. O. L. da S. **Robert Shouthey, historiador do Brasil**. Doutorado, USP, São Paulo, Brasil, 1972.

FALCON, F. J.C. **Estudos de teoria da história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2015.

FICO, C. **Reiventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, v. 09, n.º 20, 2017, pp. 05-74.

FICO, C.; POLITO, R. **A história no Brasil (1980-1989)**. Ouro Preto: UFOP, 1992.

FREIRE, D. J. F. O passado da história: nota sobre o debate da história da historiografia brasileira de 1970. **Revista Canoa do tempo**, V. 10, n.º 01, 2018, pp. 30-51.

FURTADO FILHO, J. E. Manuais de iniciação aos estudos históricos e a questão da utilidade do conhecimento. **História Unisinos**, Vol 21, N.º 2, Maio/agosto, 2017.

GASPARI, E.; HOLANDA, H. B. de; VENTURA, Z. **Cultura em trânsito**: da repressão a Abertura – 70/80. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

- GLÉNISSON, J. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961.
- GLEZER, R. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues**: um modelo de análise historiográfica. Doutorado, USP, São Paulo, Brasil, 1976, 2 Vols.
- GONTIJO, R. Revisão e prospecção da historiografia no Brasil nos anos 1970. In: BENTIVOGLIO, J.; NASCIMENTO, B. C. (Org.). **Escrever história**. Serra: Editora Milfontes, 2017.
- GUIMARÃES, G. Tempo histórico como urgência. In: GUIMARÃES, G.; BRUNO, L.; PEREZ, R. **Conversas sobre o Brasil**: ensaios de crítica histórica. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- GUMBRECHT, H. U. **Nosso amplo presente**. São Paulo: Unesp, 2010.
- HARTOG, F. **O século XIX e a história**: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- HARTOG, F. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- IGLÉSIAS, F. A pesquisa histórica no Brasil. **Revista de história**, v. 33, nº 88, São Paulo, 1971.
- JANOTTI, M. de L. **João Francisco Lisboa**: contribuição para o estudo da historiografia brasileira. Doutorado, USP, São Paulo, Brasil, 1971.
- LAPA, J. R. do A. **A história em questão**: historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976.
- LIMA, L. C. **Dispersa Demanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- LOPES, M. A. **Revista de história**, nº135, São Paulo, 1996, 191-194.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MAIA, C. A. A crise da história e a onda pós-estruturalista. **Revista Maracanan**, nº 18, 2018, p. 50-65.
- MAURO, J. E. M. A pesquisa histórica no Brasil. In: IEB, **Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros**. São Paulo: IEB, 1972, 3v.
- MELLO, A. R. de. Os estudos históricos no Brasil. **Revista de história**, nº06, São Paulo, 1951.
- MOTA, C. G. **A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Editora 34, 2007.
- MOTA, C. G. **Educação, contraideologia e cultura**. Rio de Janeiro: Globo, 2011.
- MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MELLO, R. M. de. **Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História**: 1981-2000. Doutorado, UNB, Brasília, Brasil, 2012.

NICOLAZZI, F. **Um estilo de história.** A memória, o ensaio: sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. São Paulo: Unesp, 2011.

NOVAIS, A. **Anos 70:** ainda sob a tempestade. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

ODÁLIA, N. **As formas do mesmo:** ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

OHARA, J. R. M. **Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990).** Doutorado, UNESP, São Paulo, Brasil, 2017.

PAULA, J. A. de (Org.). **Presença de Francisco Iglésias.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PEREIRA, A. C. B. **Na transversal do tempo:** natureza e cultura à prova da história. Bahia: Edufba, 2019.

PEREZ, R. A cultura política da crise brasileira: um ensaio de síntese histórica. In: PEREZ, R.; BRUNO, L.; GUIMARÃES, G. **Conversas sobre o Brasil:** ensaios de crítica histórica. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

RAGO, M. Prefácio. In: REIS, J. C. **Nouvelle histoire e o tempo histórico:** a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Annablume, 2008.

REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

RODRIGUES, T. **Antes do cânone:** Abreu e Lima e as disputas pelo futuro e pela escrita da história. Rio de Janeiro: Ape'Ku Editora, 2021.

SANTOS, W. G. dos. **A invenção da historiografia brasileira profissional.** Espírito Santo: Editora Milfontes, 2021.

SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos.** São Paulo: Paz e Terra, 1978.

TUAN, Y. F. Perspectiva experiencial. In: TUAN, Y. F. **Espaço e lugar.** São Paulo: Difel, 2005.

TURIN, R. **Tessituras do tempo:** discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.